

Avaliação de Desempenho Individual e o Simave como instrumentos de gestão e regulação em Minas Gerais: implicações para os trabalhadores docentes

Individual Performance Assessment and the Simave as regulation and management tools in Minas Gerais: implications for teaching workers

Evaluación del desempeño Individual y el SIMAVE como instrumento de gestión y regulación en Minas Gerais: Implicaciones sobre los trabajadores docentes

Elizeth Rezende Martins da Silveira¹

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro

Fabiane Santana Previtali²

Universidade Federal de Uberlândia

Resumo: Este recorte de uma pesquisa de doutorado buscou compreender as implicações das políticas de avaliação do trabalho docente, em particular da Avaliação de Desempenho Individual (ADI) e do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (Simave), a partir de 2007, 05 anos após a implantação do Choque de Gestão de Aécio Neves, que inaugura a NGP em Minas Gerais no contexto neoliberalista. O estudo utilizou pesquisa documental e levantamento bibliográfico e, a partir dele, infere-se que a gestão do estado de Minas Gerais configurou-se como controladora para a dinâmica escolar e o trabalho de professores(as), gerando problemas na saúde e na subjetividade docente.

Palavras-chave: Trabalho Docente. Avaliação de Desempenho Individual. Controle do Trabalho Docente. Simave.

Abstract: This article, part of a doctoral research, aimed to understand the implications of teaching work evaluation policies, in particular the Individual Performance Assessment (ADI) and the Minas Gerais System of Evaluation and Equity of Public Education (Simave), from 2007 on, five years after the Management Shock implemented by Aécio Neves, inaugurating the so-called NGP in Minas Gerais in the context of neoliberalism. From the results, based on documental research and bibliographic search, it can be inferred that the management of Minas Gerais was configured in a controlling way for the school dynamics and the work of teachers, generating problems in their health and teaching subjectivity.

Keywords: Teaching Work. Individual Performance Assessment. Control of Teaching Work. Simave.

¹ Doutora em Educação. Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: elizethrm@yahoo.com.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9086655286085161>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5891-8592>.

² Doutora em Ciências Sociais. Instituição: Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: fabiane.previtali@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8154680248919577>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8079-5557>.

Resumen: Este recorte de una investigación de doctorado busca comprender las implicaciones de las políticas de evaluación del trabajo docente, en particular de la Evaluación del Desempeño Individual (EDI) y del Sistema Mineiro de Evaluación y Equidad de la Educación Pública (SIMAVE) a partir del año 2007, transcurridos 05 años de la implementación del Choque de Gestión de Aécio Neves, que inaugura la llamada NGP en Minas Gerais en el contexto del neoliberalismo. El estudio se realizó a partir de la investigación documental y el levantamiento bibliográfico y, partiendo de él, se puede inferir que la gestión del estado de Minas Gerais, se configuró de manera controladora para la dinámica escolar y el trabajo de los profesores, generando problemas en la salud y la subjetividad docente.

Palabras-clave: Trabajo Docente. Evaluación del Desempeño Individual. Control del Trabajo Docente. SIMAVE.

Recebido em: 14 de março de 2022.

Aceito em: 20 de maio de 2022.

Introdução

Por meio dessa pesquisa buscou-se compreender os princípios que nortearam duas políticas de avaliação de desempenho docente denominadas Avaliação de Desempeño Individual (ADI) e Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (Simave), as principais diretrizes que deram suporte à implementação de ambas e como elas se materializam na organização escolar e no trabalho docente no ensino básico em Minas Gerais.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram a análise documental e o levantamento bibliográfico em tese, dissertações e artigos. Foram utilizadas a biblioteca eletrônica Scientific Electronic Library Online (SciELO), a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), e o Google Acadêmico. O estudo permitiu compreender que tais políticas de avaliação estão alinhadas a ações e projetos neoliberais, promovendo sérias implicações no trabalho docente e na organização escolar no ensino básico.

O governo mineiro tem imposto várias e emergenciais demandas, bem como intenso controle sobre o fazer docente. Dessa forma, o entendimento é que essa nova forma de regulação do trabalho docente e demais reformas educacionais vigentes provocam significativas modificações na gestão e nas condições de trabalho, podendo resultar em adoecimento físico e mental dos docentes. Desse modo, a hipótese que norteou o estudo é que as modificações advindas das reformas educacionais, ocorridas nos últimos anos, têm conduzido à precarização e à intensificação do trabalho docente e, em consequência, traz implicações para a saúde do docente.

As reflexões à luz do referencial teórico Marxista, fundamentado no materialismo histórico dialético, foram fundamentais à compreensão da realidade concreta, do modo de produção capitalista e dos processos sociais mais amplos nele envolvidos. Pode-se verificar a compreensão de Marx sobre o lugar do trabalho, no âmbito do modo capitalista de produção e este importante autor analisa a relação entre o homem e a natureza e como eles se relacionam para produzir “coisas”. Mészáros aponta caminhos a serem trilhados para a superação da educação posta nos dias atuais, direcionando questionamentos que devem ser tomados socialmente, tais como: Qual o tipo de educação que temos e qual o modelo de educação que queremos? O autor faz uma dura crítica à educação a serviço do capital, sendo possível compreender que a educação é permeada por interesses mais amplos e contraditórios e imbuída de um processo ideológico severo, muitas vezes velado, mas que exerce forte poder na sociedade capitalista.

Foi possível reconhecer a escola como um espaço de contradições que se apresentam como produto da luta de classes. A luta de classes no interior de escolas é considerada uma luta ideológica. Tomando como base Mészáros e a discussão feita acerca da educação, é por meio dessa ideologia que a educação se instala e, por isso, é preciso buscar a compreensão da realidade, não perdendo de vista os processos sociais mais amplos. O autor aponta para uma contra revolução, ou seja, para a transformação radical da sociedade como forma de emancipação humana e para o rompimento com a educação posta e sinaliza para uma educação de cunho socialista. Assim, fica fortalecida a ideia de que é preciso lutar sempre contra, principalmente contra o trabalho que aliena, que causa estranhamento, que explora.

Este estudo ofereceu-nos subsídios para o entendimento sobre como a burguesia coopta os docentes dentro de uma sociedade moldada para atender especificamente às demandas do mercado e a compreensão sobre como se dão os processos de precarização e intensificação do trabalho docente, num contexto de educação pública, nos moldes privados. Para além disso, também possibilita o entendimento de como se estabelece a problemática do trabalho na dinâmica do capitalismo.

As categorias trabalho e educação foram situadas e analisadas na contemporaneidade, principalmente no tocante às análises dos efeitos nefastos que a classe burguesa organizada tem imposto aos trabalhadores, a partir de exigências cada vez maiores por trabalhadores adeptos às suas necessidades. As inúmeras exigências impostas à escola atualmente ampliam o campo de atuação de todos os envolvidos na prática educativa e exigem um esforço cada vez maior do docente na sua realidade concreta de trabalho.

Diante da necessidade de racionalização dos processos produtivos, o capital busca incansavelmente se instrumentalizar e aumentar as taxas de lucro e exploração da mão de obra dos trabalhadores em geral, ou melhor dizendo, dos “despossuídos dos meios de produção”. Nesse viés, tais questões perpassaram as análises acerca das manobras do capital nos dias atuais, assim como o lugar que ocupa a educação em meio às transformações e tensões econômicas, políticas e sociais num cenário de crise do modelo educacional vigente em âmbito nacional, e suas repercussões sobre o trabalho e a formação dos indivíduos, incluindo o trabalho docente.

Foi possível compreender que a educação, embora devesse ser plena, unitária, integral, ou seja, como um instrumento de superação da ordem social vigente, tem sido usada pelo capital como formação de mão de obra (exército de reserva) para atender aos interesses de mercado e ao contexto produtivo.

Como nas palavras de Althusser (1985, p. 57-58), face à atual sociedade capitalista, a escola passa a funcionar como aparelho ideológico de estado cujo papel é assegurar a “reprodução da qualificação da força de trabalho”. O capitalismo tende a realinhar a formação à necessidade de mão de obra de acordo com as demandas do mercado de trabalho. Esse autor considera a escola enquanto lugar próprio para a reprodução da ideologia dominante e argumenta: A reprodução da força de trabalho evidencia, como condição *sinequa non*, não somente a reprodução de sua “qualificação”, mas também a reprodução de sua submissão à ideologia dominante, ou da “prática” desta ideologia, devendo ficar claro que não basta dizer: “não somente mas também”, pois a reprodução da qualificação da força de trabalho se assegura em e sob as formas de submissão ideológica (p. 59).

Nesse sentido, Marx e Engels fazem uma forte denúncia quanto ao processo desumanizante que se faz presente nos processos de trabalho, analisando a própria relação dos trabalhadores com a ciência e a tecnologia e a questão do seu acesso restrito à classe burguesa (detentora do capital), sinalizando para a manifestação de um profundo processo não só de alienação, mas de estranhamento do trabalhador frente ao seu trabalho e o produto dele proveniente. Esse cenário remete a grande preocupação com a profissão docente, tão desvalorizada atualmente, principalmente no âmbito do serviço público.

Os trabalhadores docentes aqui citados integram-se à categoria geral de trabalhadores, ou seja, da classe-que-vive do trabalho, levando-se em conta a atividade relevante que se presta socialmente. A partir disso, a pesquisa fez-nos debruçar sobre a temática abordando discussões relevantes e atuais em torno das condições objetivas de trabalho atuais, do grau de expropriação e da precarização do trabalho, incluindo os

docentes num contexto de reformas educacionais planejadas e desmedidas com a realidade educacional e com o contexto econômico, político e social vigente.

Após análise crítica das duas políticas avaliativas (ADI e Simave), da sua concepção à execução, foi possível perceber que avaliar o trabalho de professores(as) do ensino básico significa monitorar e medir a produtividade e o desempenho profissional de professores(as), priorizando fortemente os resultados institucionais em detrimento da avaliação global do processo pedagógico nas escolas, ou seja, há um processo em que quantifica-se tudo, mas não se qualifica como deveria.

O trabalho no contexto da organização da produção capitalista contemporânea

Diante do contexto de economia globalizada, da expansão e hegemonia do capital em larga escala, do avanço da ciência e do incremento tecnológico de forma exponencial, vivencia-se um processo de exploração brutal do trabalho por meio do qual o capital vislumbra, tão somente, garantir altas taxas de lucro e a concorrência no mercado capitalista globalizado.

As modificações na produção capitalista estão associadas ao universo da produção e ao mundo do trabalho, visto da seguinte forma: “Processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem media, regula e controla seu metabolismo com a natureza [...]. Ao atuar, por meio desse movimento [...], ele modifica a sua própria natureza” (MARX, 2004, p. 36).

Nesse sentido, o trabalho é entendido como resultado de um movimento dialético, atividade vital, concreta, que cria coisas úteis, mas também com uma dimensão abstrata: fonte de riqueza e de miséria humana. Segundo Antunes (2005), desde o mundo antigo, o trabalho vem sendo compreendido por meio das contradições de expressão de vida e degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, felicidade social e servidão.

De acordo com Braverman (1980), o trabalho é visto como um projeto em que o homem se altera e altera o mundo. Para Antunes (2006), o trabalho é voltado para a formação do ser social e a compreensão do processo de humanização e libertação. Nos moldes capitalistas, o trabalho adquire o significado de alienação, sendo visto como mercadoria. A força de trabalho se torna acumulação de capital, e as relações sociais se tornam exploração (BERNARDO, 1998).

A luta pelo direito ao trabalho não é nova. Tem-se a impressão que o trabalho é criação do capitalismo. Por isso, para se compreender o trabalho enquanto conceito e enquanto processo, torna-se importante compreender também capital e capitalismo, termos muitas vezes utilizados como sinônimos.

Nesse sentido, Mészáros (2002) defende que o capitalismo é uma das formas de realização do capital e agiu no sentido de libertar as forças intelectuais da humanidade e usar suas expressões artísticas e científicas como forças produtivas, como mercadorias. Seu objetivo nesta empreitada ao abstrair esse conhecimento do homem, o negou à humanidade e restringiu o acesso ao saber.

As contradições constatadas entre o avanço tecnológico e a miserabilidade crescente dos trabalhadores tomam como referência a expansão da maquinaria industrial e a elevação da obtenção de mais-valia absoluta e relativa, estratégias legitimadas por uma acumulação crescente e incontrolável do capital, independente do custo social que esta ação signifique. (LUCENA, 2011, p. 92).

Desse modo, ao ser separada, a ferramenta se converte em máquina, meios de produção do capital. “As relações inerentes ao trabalho, à ciência e à formação dos trabalhadores são percebidas através das transformações oriundas do modo de produção capitalista e seus desdobramentos.” (LUCENA, 2011, p. 102).

As lutas de classes se aceleram, conforme se agudizam e explicitam as suas contradições, pois são irreconciliáveis quando percebidas na sua totalidade. E completa: “O mundo do trabalho implica em uma relação dialética e contraditória entre a formação humana, as ações econômicas, políticas e culturais do seu tempo.” (LUCENA, 2011, p. 104). Por ser a contradição da sua contradição, o capitalismo está sempre em crise. Os economistas o defendem como ciclos econômicos de expansão e retração do mercado. Temos como ponto de vista que essas crises são justamente os seus defeitos estruturais em garantir a sua expansão baseada num consumo que não tem como ser previsto, ou controlado e, por isso, necessita do trabalho, onde encontra espaço de dominação, controle e subjugação do humano.

Desde o advento do capitalismo, várias foram as estratégias de extração da mais-valia, a partir da sua organização. No início do século passado, o modelo de gestão foi baseado na organização e controle dos tempos e movimentos do processo de trabalho. Os trabalhadores eram organizados por especialidade, a partir do que ficou conhecido como administração científica. Nesse contexto, o trabalho foi racionalizado de modo a aumentar a produtividade. A indústria automotiva inovou esse modelo trazendo para o universo da fábrica a esteira rolante, otimizando-se o processo e separando, definitivamente, a concepção da execução do trabalho.

Na corrida do capitalista em aumentar a produção da mais-valia, reduzindo o tempo de trabalho necessário, barateando a mercadoria para que esteja em nível de concorrência com os demais capitalistas, são introduzidas mudanças tanto na organização do trabalho como nos

meios e condições nas quais ele se realiza. Portanto, ao introduzir uma mudança no processo, o capitalista tem a oportunidade de apropriar-se mais do trabalho do que outros capitalistas que ainda não o fizeram, mas à medida que essas inovações se generalizam, a corrida continua.

A Reestruturação da educação e o controle do trabalho docente em Minas Gerais

Paralelamente à Reforma do Estado no Brasil houve o início do processo de reestruturação na esfera educacional. Nesse cenário de grandes transformações no campo educacional, surgem as reformas educacionais que podem ser analisadas a partir do cenário macro de reestruturação produtiva, trazendo impactos a professores e alunos através da implementação de diversos programas e políticas voltados à educação básica.

A educação, comprometida com a mercantilização, passa a incorporar o ideário neoliberal através das políticas educacionais empreendidas pelo Estado. Em uma análise crítica acerca da educação, Marx e Engels (2011, p.112) apontam que “É possível ver o que fazem a burguesia e o Estado para a educação e o ensino da classe trabalhadora”(Marx e Engels, 2011, p.112).

Desde a década de 1990 as políticas para a Educação Básica no Brasil introduzem formas de controle e intensificação do trabalho docente que tomam a subjetividade das professoras e as emoções no ensino (HARGREAVES, 1998). Assim, o controle do trabalho passa a ser exercido na dimensão político-ideológico e também técnica. Pensar a atuação docente na atualidade remete à relação entre escola e sociedade. Estudos que discutem as reformas educacionais são unânimes em vincular as transformações no campo educacional, e no trabalho docente à emergência, no pós-guerra, a uma nova ordem econômica internacional. Sob o impacto da revolução científica e tecnológica, essa ordem vem alterando profundamente os processos econômicos e as relações de trabalho.

Segundo Oliveira (2010), as reformas educacionais iniciadas nos anos 1990 na América Latina buscaram a adequação dos sistemas de ensino ao processo de reestruturação produtiva e de nova configuração do papel do Estado. Os docentes vivenciam os impactos de tais modificações na sala de aula, uma vez que se sentem limitados no trabalho pedagógico devido às fragilidades dessa nova reestruturação no âmbito do sistema educacional, muitas vezes reformulado nos moldes privados. Nesse sentido, questionamos acerca das limitações e das possibilidades do trabalho docente diante de tantas transformações.

No caso específico das políticas educacionais implementadas em Minas Gerais, estas são pautadas na racionalidade gerencial, tendo como ação estratégica o rígido controle sobre o trabalho docente. A partir desse modelo de gestão, além das atividades de cunho pedagógico, as cobranças que emergem sobre o trabalho do docente têm sido, dentre outras: exigência do

domínio de habilidades; conhecimentos e competências pré-estabelecidas nos formulários específicos de avaliação do desempenho individual dos docentes; incorporação e uso das novas tecnologias da informação no trabalho; estímulo à competitividade e produtividade; e cobrança por melhores desempenhos de alunos em avaliações nacionais, novos métodos de gerenciamento do trabalho sob a lógica privada, que sobretudo modificam e intensificam o trabalho desses profissionais.

Nesse sentido, incidem-lhes a autorresponsabilização imediata pelo alcance de bons e imediatos resultados; contudo, sem condições objetivas para o seu devido cumprimento, na maioria das situações. O trabalho docente vem sofrendo mudanças, sobretudo com o enfrentamento de vários problemas, tais como baixos salários, desvalorização profissional, falta de autonomia, problemas ligados à competitividade com os seus pares, estresse, sobrecarga de trabalho, rígido controle e intensificação do trabalho.

Dessa forma, as reformas educativas que tencionam adequar o sistema educacional à reestruturação produtiva e aos rumos do Estado reafirmam a centralidade da formação desses profissionais. A reestruturação produtiva repercutiu diretamente nos trabalhadores da educação. As reformas educacionais mundiais e as brasileiras apresentam a “tentativa de melhorar as economias nacionais pelo fortalecimento dos laços entre escolarização, trabalho, produtividade, serviços e mercados, sendo vista pelos governantes como uma possibilidade de ingresso no mercado capitalista mundial” (AZEVEDO, 2004, p. 7-8).

Conforme Alves (2006), tal quadro de reformas desencadeou uma difusão dos pensamentos neoliberais, com o Estado assumindo um novo papel frente ao contexto de globalização econômica. O Brasil iniciou, então, uma Reforma de Estado com um modelo de administração pública gerencial, com base nos moldes da iniciativa privada, para melhorar a prestação dos serviços públicos. Para se adequar ao cenário mundial, o Brasil reformulou esferas do governo, o que atingiu a educação. A escola sofreu mudanças por meio das políticas educacionais, o que obrigou os profissionais da área a se ajustarem às formas de gestão escolar, à organização do ensino e às exigências sobre sua atuação profissional (BRITO, 2008).

Tais reformulações atingiram especialmente os profissionais da educação, ou seja, a classe-que-vive-do-trabalho, uma vez que os padrões de gestão mudaram de forma que foram impostas maiores cobranças sobre os profissionais da educação.

A educação, enquanto uma prática social, apresenta alguns problemas devido à inadequação das políticas educativas que se encontram em ação. As mudanças sociais em curso trazem novas demandas de formação e de conhecimento. Tais mudanças impressas pela doutrina neoliberal geram desigualdades, atingindo os processos de produção do conhecimento científico e, por sua vez, geram modificações nas práticas sociais.

Com vistas a acompanhar as tendências neoliberais mundiais, o governo de Fernando Henrique Cardoso criou o Planejamento Político-Estratégico do Ministério de Educação e Cultura (MEC) para orientar as reformas educacionais (SILVA JÚNIOR, 2002). Iniciou-se, então, uma ampla reforma educacional, desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, em 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996).

Assim, surgiram as denominadas “reformas educacionais” dos anos 1990, sob a perspectiva de projetar as políticas educacionais nos moldes do neoliberalismo. A educação passou a ser inserida num contexto de empregabilidade, com a noção de equidade, e não mais de igualdade (GENTILI, 1996). Nesse conjuntura incluem-se mudanças no trabalho do professor, na sua jornada de trabalho, nas atribuições, na sala de aula, no planejamento e no auxílio à comunidade escolar.

No cenário de reforma educacional, os indicadores que sinalizaram a intencionalidade e implementação de mudanças foram: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996; as ações do MEC – mudanças curriculares e organização geral da escola (Parâmetros Curriculares Nacionais e o Sistema de Avaliação da Educação Básica); as Diretrizes Curriculares Nacionais; as políticas de financiamento (Fundos Nacionais de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Educação Básica - FUNDEF e FUNDEB); entre outros. Essas diretrizes vieram para regulamentar a formação de professores na Educação Básica.

Frente ao contexto de reformas educacionais, Minas Gerais teve sua primeira iniciativa dentro do discurso da modernização, denominado por Marques (2000) de “tempo da democratização”. Nesse percurso, durante o governo de Hélio Garcia (1984-1986), o trabalho docente foi levado à polivalência. Foi ainda criada a gratificação de incentivo à docência e à progressão horizontal e tais medidas foram adotadas com vistas à redução do número de funcionários da Secretaria de Educação (MARQUES, 2000).

Na sequência, em 1987, no governo de Newton Cardoso, ocorreu o período de “modernização e racionalização do estado”, com redução de gastos relacionados aos recursos humanos na área educacional e, conseqüentemente, um aumento do trabalho do profissional da educação, que passou a acumular tarefas (MARQUES, 2000).

A reforma educacional tem uma de suas raízes na Conferência Mundial de Educação para Todos, que aconteceu em Jomtien, Tailândia, de 05 a 09 de março de 1990, que foi a tentativa de orientação para as reformas educacionais dos países mais pobres e populosos do mundo: a educação para a equidade social, o que resultou no Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003).

Dessa forma, os países participantes firmaram o compromisso de universalizar o ensino fundamental no prazo de dez anos. Face a esse compromisso, as reformas educacionais

concentraram-se na educação básica com o objetivo de atender à demanda do mercado de trabalho com força de trabalho qualificada, voltando-se principalmente para questões relacionadas a financiamento, controle e gestão da educação escolar (GENTILI, 1996).

Esse plano traçou os rumos da educação nos nove países classificados como *E-9* (piores indicadores educacionais do mundo): Brasil, Bangladesh, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão (UNESCO, 1998).

Sob o governo de Hélio Garcia, em Minas Gerais, nos anos de 1991-1994 foram desenvolvidas reformas voltadas para conceitos neoliberais com a criação de programas voltados à qualidade. Os programas acompanharam as tendências mundiais e nacionais, atuando na autonomia dos professores e da direção escolar; pretende-se aumentar as responsabilidades das escolas, com capacitação de professores, avaliação de desempenho e municipalização (AUGUSTO; MELO, 2004).

Após o governo de Itamar Franco (1999-2003), o governador Aécio Neves, no período de 2003 a 2006, focalizou a reforma administrativa em Minas Gerais com a implantação do Choque de Gestão – que apresentava como foco principal solucionar os problemas financeiros e resgatar a modernização do estado de Minas Gerais no contexto nacional e mundial (VILHENA et al., 2006).

O Choque de Gestão no Governo Aécio Neves e a Avaliação de Desempenho Individual como ferramenta de gestão e controle

No início de seu mandato, em 2003, o governo mineiro deu início a um processo de grandes mudanças nos diversos setores públicos do estado, por meio da implantação e previsão de vários programas com o objetivo de dotar a administração pública de eficiência e efetividade nos serviços prestados. Nesse processo houve a implementação do Choque de Gestão como programa de governo no estado de Minas Gerais, na gestão do governador Aécio Neves.

O ideário da Reforma do Estado surge, em âmbito mundial, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, como resposta às dificuldades pelas quais vinha passando o Estado de Bem-Estar Social em “atender com eficiência a sobrecarga de demandas a ele dirigidas, sobretudo na área social” (BRASIL, 1995). Esse movimento buscou o redimensionamento do Estado, propondo mudanças institucionais que agregariam mecanismos do mercado ao setor público.

O Choque de Gestão, criado pelo Governo de Minas Gerais, surgiu como uma proposta que permitiu a reformulação da gestão estadual, em especial o comportamento da máquina administrativa, mediante novos valores e princípios, a fim de se obter uma nova cultura comportamental do setor público mineiro, voltado ao desenvolvimento da sociedade, dentro

de padrões éticos e de critérios objetivos para se avaliar o desempenho dos resultados das ações governamentais. Assim, temos que seus resultados e metas são essenciais para o êxito da Administração (VILHENA et al., 2006). A pretensão era de eliminar as pendências financeiras e resgatar a modernização de Minas Gerais.

Esse programa veio com a proposta de modernização da administração, a racionalização dos gastos, a avaliação e o monitoramento das ações e resultados das intervenções realizadas pelo governo, sob a alegação de haver uma grave crise fiscal e administrativa deixada pelo governador Itamar Franco, no período de 1998 a 2002 (MINAS GERAIS, 2011).

O citado programa assentou-se em dois pilares, quais sejam: o ajuste fiscal e os resultados de desenvolvimento visando sanar a grave crise fiscal. O surgimento desse modelo de Gestão aconteceu num contexto em que se demandava firme ajuste fiscal e adaptações na administração pública que contribuíssem para uma gestão moderna e capaz de entregar resultados para a população. Com efeito, a expressão “Choque de Gestão” remete a um impacto significativo, ao sintetizar uma ideia-força relacionada à necessidade iminente de se lograr uma melhoria da gestão pública mineira naquele momento (MINAS GERAIS, 2013).

Desse modo, algumas ferramentas de gestão ganham especial relevância para as organizações públicas, dentre elas o Plano de Gestão de Desempenho Individual (PGDI) e a Avaliação de Desempenho Individual, conforme art. 9º da Resolução Seplag nº 31 de 29 de agosto de 2007 (MINAS GERAIS, 2007b): O processo de Avaliação de Desempenho Individual é formalizado por meio do Plano de Gestão de Desempenho Individual que contempla as atividades definidas com chefia imediata e servidor, e o Termo de Avaliação que é preenchido após o processo de avaliação com as respectivas notas atribuídas, de acordo com o art. 8º do Decreto 44.559/2007 (MINAS GERAIS, 2007a).

Buscamos, nesse sentido, contextualizar a reestruturação da educação e do trabalho docente em âmbito nacional, diante de um cenário de mundialização do capital, face às reformas educacionais ocorridas, a partir dos 1990, e em desenvolvimento.

Trabalho docente no capitalismo contemporâneo: implicações nos processos de adoecimento docente

As transformações observadas no mundo do trabalho, nos últimos anos, associadas às mudanças tecnológicas e à reestruturação produtiva, têm produzido efeitos nas instituições escolares e, de forma, particular, na docência na educação básica pública. A reestruturação produtiva refletiu diretamente nos trabalhadores da educação.

O cenário encontrado é tecido pelo processo de precarização das condições de trabalho dos trabalhadores em geral e dos docentes, o que afeta a organização do trabalho educacional e as condições sob as quais ele se realiza, com diferentes desdobramentos na saúde física e mental dos docentes.

Em Minas Gerais há adoecimentos ocasionados provavelmente pela precarização das condições de trabalho, sua intensificação, além da combinação de elementos objetivos e subjetivos no complexo cotidiano do docente, o que favorece o aumento de licenças para tratamento da saúde e ajustamentos funcionais (readequação em outra função).

A precariedade se “metamorfoseou” pois passou a ter um lugar estratégico na lógica de dominação capitalista, deixando de ser algo periférico ou residual para se institucionalizar em todo o mundo. A precarização, assim, deve ser inserida num contexto liberalizante que busca transferir responsabilidades, antes do empregador, ao trabalhador (ANTUNES, 1995).

Assim, Ferraz (2008) mostra como as mudanças no modo de produção capitalista determinam objetiva e subjetivamente a precarização do trabalho docente. Para esse autor, a precarização do trabalho é dada como um mecanismo usado pela burguesia organizada para a reprodução ampliada do capital, por meio da racionalização dos processos produtivos para garantir as taxas de lucro, imprimindo um grau maior de exploração e extração de mais-valia com a intensificação do trabalho vivo.

Tendo em vista tais questões, o debate sobre a relação entre trabalho e saúde docente tem sido ampliado. Estudiosos que abordam essa questão argumentam sobre motivos que podem levar os professores a adoecerem no exercício da profissão. Assis (2006), por exemplo, em recente estudo sobre o adoecimento docente na educação básica, afirma que a sala de aula em escolas públicas é um ambiente insalubre. Essa autora argumenta que os professores têm sido acometidos pela Síndrome de *Burnout* resultante do desgaste físico, emocional e psicológico entre o indivíduo e o seu trabalho. Assim, apontaram grande desinteresse pela profissão, além de faltas constantes ao trabalho por conta de problemas ligados à saúde. De forma associada, a desvalorização profissional e as precárias condições de trabalho são citadas como fatores de desinteresse, levando ao adoecimento.

Conforme Lemos (2005), pesquisas acadêmicas relacionadas à saúde e ao trabalho docente, iniciadas nos anos 1980 e 1990, revelam que o mundo do trabalho colabora para esse processo e apontam a inevitabilidade e urgência da revisão de políticas públicas, das condições de trabalho e da organização dos espaços escolares.

As perícias médicas para concessão de afastamentos dos servidores da educação mineira são de responsabilidade da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), que coordena e gerencia as ações administrativas no âmbito do sistema escolar mineiro. Por meio

de levantamento estatístico acerca da saúde ocupacional e de afastamentos de docentes em Uberlândia, em 2011, havia uma sinalização para um grande percentual de professores afastados em razão de doenças ligadas ao trabalho como transtornos psicológicos, sendo que mais de 90% dos servidores licenciados são ligados à área da educação. Face a esse levantamento, verificou-se que as doenças que comumente afetam os docentes são: Lesão por Esforços Repetitivos (LER); Doenças Osteoarticulares Relacionadas ao Trabalho (DORT), equiparadas à LER; disfonia; e Síndrome de *Burnout* (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 2011).

O professor exerce o trabalho em sala de aula de forma controlada, intensificada e precarizada, pois assume outras atividades, sendo imbuído de maior senso de responsabilização, o que tem prejudicado a saúde desse profissional. Vale ressaltar que o docente tem se subordinado ao aumento de atividades em razão de práticas administrativas controladoras que figuram com o aumento da sua jornada de trabalho e a diminuição da autonomia docente.

Diante disso, Oliveira (2004, p. 1132) afirma que o trabalho docente compreende “[...] a gestão da escola no que se refere à dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e da avaliação.

Entende-se por precarização do trabalho docente:

o aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns estados, a número correspondente ao de trabalhadores efetivos, o arrocho salarial, o respeito a um piso salarial nacional, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriunda dos processos de reforma do Aparelho de Estado (OLIVEIRA, 2004, p. 1140).

Enquanto isso, a intensificação do trabalho dos professores diz respeito a “[...] fazer a mesma coisa mais rapidamente” (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009, p.366).

Tem-se, portanto, que as modificações advindas das reformas educacionais conduzem à precarização e à intensificação do trabalho docente, gerando processos de adoecimento profissional afetos à sua saúde física e mental.

Apesar das contradições o trabalho é uma questão central da vida porque diferencia os seres humanos das outras espécies e, por isso, torna-se um desafio dotar-lhe de sentido para que a vida fora dele também o seja. Se por um lado ele é necessário, reconhece-se seu potencial emancipador, mas é preciso também recusar o trabalho que explora, aliena e infelicitiza o ser social (ANTUNES, 2005).

O trabalho é fonte de produto, prazer, realização profissional e um compromisso vital. Para Linhart (2007, p.43), ele permite e organiza o encontro com o outro, constituindo “[...] uma ocupação. É um meio de lutar contra a monotonia da vida, de encher o vazio, de passar o

tempo”. Nesse sentido, tal aspecto é essencial para a autonomia dos indivíduos, a construção de identidades e o reconhecimento social.

Linhart (2011) salienta que o sofrimento humano tende a se refletir no desempenho dos professores, sinalizando aspectos crescentes da “precarização subjetiva” que os acomete e que é tida como correlata da precarização objetiva, representada pelas formas deterioradas de contratação e de exercício funcional. No caso dos docentes da educação pública mineira são preocupantes os problemas de saúde vivenciados diante do cumprimento de duplas, ou triplas jornadas, em razão da baixa remuneração que não atende às suas necessidades básicas, e das intervenções que sofrem no trabalho cotidiano por meio de reformas e programas instalados.

Todos esses fatores levam-nos a afirmar a necessidade da problematização e do debate conciso e frequente quanto ao trabalho docente, principalmente no tocante às condições de trabalho atuais e seus desdobramentos para o docente, face à flexibilização do trabalho e às políticas públicas neoliberais que cada vez mais sucateiam a educação, trazendo efeitos perversos sobre a finalidade exclusiva da educação.

Desse modo, diante de tais fatores, embora, reconhecida como profissão de suma importância para a sociedade e seu desenvolvimento (OIT; UNESCO, 1984), presencia-se entre os professores brasileiros uma realidade que vai do sentimento de derrotismo ao adoecimento físico e mental que leva à incapacidade laboral e à loucura. Isso ocasiona a “[...] desistência na escola e da escola” (PAPARELLI, 2009, p. 340).

Atualmente a precarização permeia as condições de emprego e salário, assim como o seu sentido subjetivo, e atinge também a consciência dos trabalhadores. De acordo com Mancebo (2007), em geral a pressão por produtividade inibe o potencial inovador do professor e os resultados tornam-se menos expressivos.

A nova lógica da produtividade afetou a subjetividade do trabalho e, em particular, incorporou um trabalho parcelarizado, precarizado, temporário e instável, ou seja, provocou uma crescente subproletarização do trabalho e/ou desqualificação do trabalho e do trabalhador. (ANTUNES, 2002, p. 151). No que se refere à lógica incorrigível do capital e seu impacto sobre a educação, Mézaros (2007) aponta que atualmente a educação e os processos sociais mais amplos estão intimamente ligados. Desse modo, a partir dessa perspectiva, esse autor desafia-nos a pensar que uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem realizar as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. (MÉSZAROS, 2007, p.108).

Nesse sentido, não há como desconsiderar todos os elementos constitutivos e complexos da prática social, mas também não há como não apreender que a sociedade necessita de transformações. Charlot (2005) aduz que a sociedade passa por mudanças e rupturas advindas da globalização neoliberal que implicam em transformações no sujeito e influenciam também a educação, que passa a ser articulada sob a lógica econômica e de preparação para o mercado de trabalho, propondo currículos e investimentos adaptados à demanda do mercado. Nessa perspectiva, o trabalho ganha uma configuração negativa.

A sociedade capitalista transforma o conceito de trabalho, que passa a ser assalariado, alienado e fetichizado; por conseguinte, ele “[...] não se satisfaz no labor, mas se degrada [...] e se desumaniza” (ANTUNES, 2009, p.232). O processo de reestruturação produtiva promoveu diversas mudanças na esfera social e, a partir da imersão do trabalho nesse contexto, sofre significativas modificações.

Ademais, as modificações na estrutura organizacional do trabalho têm propiciado más condições para sua efetiva concretização. Elas estão relacionadas ao conceito de precarização do trabalho relatado por Castel (1998), que se insere na dinâmica da modernização do capitalismo e é uma consequência dos novos modos de reestruturação produtiva e de luta pela competitividade. Nesse viés, o autor aponta para a instalação da precariedade na estrutural social. A precarização do trabalho docente decorre de mudanças provenientes da expansão e da hegemonia do capital. Anteriormente a precarização e a subsunção se instalava apenas no processo de trabalho mas, a partir de agora, passam a atuar também na subjetividade dos docentes que fica à mercê dos mandos da reprodução do capital.

Oliveira (2007) analisa que as políticas educacionais vêm sendo construídas e implementadas há algumas décadas e trazem consequências ao reestruturar o trabalho docente, as formas de gestão escolar e a organização curricular.

Em Minas Gerais é notório que as políticas educacionais têm como ação estratégica o rígido controle sobre o trabalho docente. Esse estudo se deu no sentido de fomentar mais debates em torno do tema, problematizar as políticas de avaliação de desempenho implementadas em Minas Gerais e ampliar a dimensão da compreensão acerca dos contornos que o trabalho docente vem assumindo nos últimos anos diante das novas formas de controle do próprio trabalho docente.

Conclusões

A partir do presente estudo foi possível compreender profunda e criticamente a articulação entre Trabalho e Educação no contexto capitalista. Partimos da concepção de trabalho como elemento fundante do ser humano. Foram apontadas as implicações do

capitalismo sobre o trabalho docente, incluindo o adoecimento e outras consequências como a falta de autonomia e problemas afetos à subjetividade docente. Pode-se deprender que as determinações oriundas dos projetos e ações neoliberais incidem diretamente no trabalho docente, principalmente com o aumento de responsabilidades ligadas, e também não ligadas, à docência que se materializam cada vez mais sob a forma de políticas de avaliação do desempenho discente como o Simave em Minas Gerais.

É notório o deslocamento marcante da igualdade de acesso para o foco nos resultados, o que tem fomentado a centralidade nas políticas de avaliação de desempenho. No tocante à Avaliação de Desempenho Individual, a nosso ver, esta vem perdendo a sua real finalidade que é a geração de dados para a tomada de decisões do governo que favoreça a melhoria da qualidade da educação pública.

No tocante às produções analisadas, pode-se evidenciar que com o incremento de novas políticas de avaliação docente na educação básica no Brasil há uma busca incessante pela melhoria dos indicadores da qualidade na educação pública básica, sob um crescente processo de *precarização, intensificação e responsabilização* docente. Houve, de forma clara, um condicionamento da subjetividade dos professores, subsumidos a uma lógica de produtividade decorrente das novas formas de avaliações (de desempenho docente e discente), afetando o seu trabalho e causando sofrimento físico e emocional.

Pode-se perceber que a docência perpassa a prática social, concreta e dinâmica, e sofre diversas influências dos aspectos sociais, políticos e econômicos. Dessa forma, foi possível uma compreensão abrangente sobre as características alienantes do trabalho produtivo na sociedade burguesa, a partir da nova fase do padrão de acumulação do capital, por meio do qual o trabalho passa a assumir novas cobranças para dar conta de cada vez mais acumulação, com consequências variadas para os trabalhadores, principalmente na dimensão subjetiva.

Os elementos por ora levantados mostram a necessidade de fortalecimento da consciência necessária para lutar contra a superação do trabalho alienado, e desumanizante, contra a sociedade de classes e a favor da emancipação do homem, no contexto de luta de classes da grande desigualdade social.

O percurso realizado nessa pesquisa, assim como os dados levantados, mostra que a problematização constante sobre o trabalho docente no ensino básico faz-se necessária e constante dada à realidade complexa vivida atualmente pelos docentes do ensino básico, tendo seu trabalho controlado, sem autonomia curricular e pedagógica, vivenciando um processo de precarização e intensificação das condições de trabalho, afetando a sua subjetividade.

Foi possível evidenciar que as duas avaliações reservam estreita ligação pois o desempenho discente é atrelado, mesmo que de forma velada, aos resultados dos docentes na Avaliação de Desempenho individual, ou seja, essas duas citadas ferramentas são usadas como estratégias de controle e monitoramento sistemático do trabalho docente na realidade das escolas estaduais de Minas Gerais.

A partir da análise crítica das duas políticas avaliativas (ADI e SIMAVE), da concepção à execução, foi possível perceber que avaliar o trabalho de professores(as) do ensino básico significa monitorar e medir a produtividade e o desempenho profissional de professores(as), priorizando fortemente os resultados institucionais, em detrimento da avaliação global do processo pedagógico nas escolas, ou seja, há um processo em que quantifica-se tudo, mas não se qualifica o que deveria. A partir do Choque de Gestão, tanto na primeira como na segunda geração, pelo governo Aécio Neves, constata-se que as políticas educacionais que se deram por meio de ações, iniciativas e projetos educacionais, foram enfáticas no alcance de “Resultados”, balizadas pelo monitoramento de professores e gestores escolares como peças essenciais para o alcance de índices cada vez melhores.

Referências

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado: Nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edição Graal. 1985.
- ALVES, A.C.T. As reformas em Minas Gerais: choque de gestão, avaliação de desempenho e alterações no trabalho docente. *In: VI SEMINÁRIO DAREDESTRADO: Regulação Educacional e Trabalho Docente*, 6, 2006. *Anais*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2006. p. 01-13.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez; Campinas, SP: Unicamp, 2002.
- ANTUNES, R. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 8 ed. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ANTUNES, R.; BRAGA, R. (Orgs.) *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

ASSIS, F. B. *Síndrome de Burnout: um estudo qualitativo sobre o trabalho docente e as possibilidades de adoecimento de três professoras das séries iniciais*. 2006. 146 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

ASSUNÇÃO, A.; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-372, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/fdCjfWkF8XYXTfyXGcgCbGL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 junho, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000200003>.

AUGUSTO, M. H. O. G.; MELO, S. V. D. A. A (des)valorização do magistério na rede pública estadual de Minas Gerais. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27, 2004, Caxambu. *Anais Caxambu: ANPED*, 2004. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/27/inicio.htm. Acesso em: 9 jan. 2022..

AZEVEDO, J. M. L. *A educação como política pública*. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BERNARDO, J. *Estado: a silenciosa multiplicação do poder*. São Paulo: Escrituras, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 02 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. *Plano diretor da reforma do Estado*. Brasília, DF, 1995.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

BRITO, L. H. P. F. *A educação na reestruturação produtiva do capital: um estudo sobre as reformas educativas e seu impacto no trabalho docente na rede estadual de ensino de Minas Gerais (2003-2008)*. 2008. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARLOT, B. *Relação com o saber, formação de professores e globalização: questões para a educação hoje*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. *Doenças afastam 14% dos professores em Uberlândia*. Cidade e região, 9 out. 2011. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/doencas-afastam-14-dos-professores/2011>. Acesso em: 19 maio 2021.

FERRAZ, Cristiano Lima. Trabalho docente, precarização e anova hegemonia do capital. *Universidade e Sociedade*, Ano XVII, Nº 41, p. 9-19 – janeiro/2008.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: GENTILI, P.; SILVA, T. T. (Org.) *Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília: CNTE, 1996.p.9-49.

HARGREAVES, A. *Os professores em tempos de mudanças: o trabalho e a cultura dos professores na Idade Moderna*. Lisboa: McGraw-Hill, 1998.

LEMOS, J. C. *Cargas psíquicas no trabalho e processos de saúde em professores universitários*. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

LINHART, D. Para uma prospectiva do trabalho. In: LINHART, D. *A desmedida do capital*. São Paulo: Boitempo, 2007.

LINHART, D. Entrevista: Danièle Linhart. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 149-160, mar./jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v9n1/v9n1a11.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462011000100011>.

LUCENA, C. Trabalho, capitalismo e formação dos trabalhadores. In: SCOCUGLIA, A. et al. *O controle do trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital*. Curitiba: CRV, 2011. p. 85-139.

MANCEBO, D. Trabalho docente: subjetividade, sobre implicação e prazer. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, 2007. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722007000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 25 jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722007000100010>.

MARX, K. Processo de trabalho e processo de valorização. In: ANTUNES, R. (Org.). *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 36.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Textos sobre Educação e Ensino*. Campinas, SP: Navegando, 2011.

MARQUES, M. R. A. Resenha. In: PEIXOTO, M. do C. de L. (Org.). *Educação Superior: avaliação da produção científica*. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, UFMG, 2000. Publicado também na Revista Brasileira de Educação, n. 18, p. 148-149, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XGqFyjfHP69kjXsm7QyyhCx/?lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782001000300020>.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. IN.: <http://www.revista-theomai.unq.edu.ar/numero15/ArtMeszaros.pdf>.

MINAS GERAIS. *Do choque de gestão à gestão para a cidadania: 10 anos de desenvolvimento em Minas Gerais*. Belo Horizonte, 2013.

MINAS GERAIS. *Resolução Seplag nº 31, de 29 de agosto de 2007*. Define a metodologia e os procedimentos da Avaliação de Desempenho Individual na Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual. Belo Horizonte, 29 ago. 2007b. Disponível em: <http://www.planejamento.mg.gov.br/servicos/formularios/recursos-humanos/avaliacao-de-desempenho/avaliacao-de-desempenho-individual-adi/category/152-anexos-da-resolucao-seplag-n-31>. Acesso: 15 jun. 2015.

OLIVEIRA, D. A. Política educacional e a reestruturação do trabalho docente: reflexões sobre o contexto latino-americano. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.28, n.99, p. 355-375, 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/dP53KQNStwwKmZZ8QDDzFXc/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 25 jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000200004>.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010

OLIVEIRA, D.A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/NM7Gfq9ZpjpVcJnsSFdrM3F/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso em: 27 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000400003>.

OIT; UNESCO. *A condição dos professores: recomendação internacional de 1966*. Genebra, 1984.

PAPARELLI, R. *Desgaste mental do professor da rede pública de ensino: trabalho sem sentido sob a política de regularização de fluxo escolar*. 2009. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SILVA JÚNIOR, J. dos R. *Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC*. São Paulo: Xamã, 2002.

UNESCO. *Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien, 1990. Brasília, DF, 1998. Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

VILHENA, R. et al. (Org.). *O choque de gestão em Minas Gerais: políticas de gestão pública para o desenvolvimento*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.